

Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO — (ESTADOS UNIDOS DO BRASIL)

Diretor: WANDYCK FREITAS

ANO LXXIV

SÃO PAULO — TERÇA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1964

NÚMERO 79

D. E. R. CONTRATOU EM TRÊS MESES OBRAS NO VALOR DE 59 BILHÕES

Durante os meses de fevereiro e março últimos, dentro do previsto no Plano de Desenvolvimento Integrado do Governo Adhemar de Barros, foram assinados 19 contratos entre o Departamento de Estradas de Rodagem e firmas particulares, importando as obras contratadas em Cr\$ 36.701.599.710,00. Desses contratos, 16 referem-se à construção, pavimentação e melhoramentos de estradas, bem como execução de obras de arte.

Acrescentando-se a essa cifra e total das obras contratadas no mês de janeiro, verifica-se que a importância global dos contratos firmados pelo DER no primeiro trimestre do corrente ano alcança Cr\$ 58.959.699.282,00.

QUADRO DEMONSTRATIVO

É o seguinte o quadro demonstrativo das atividades do DER nos meses de janeiro, fevereiro e março último:

Construção e pavimentação		
Contratos firmados	Extensão	Valor Cr\$
Janeiro	234.116,46 m	20.268.742.373,00
Fevereiro/Março	198.841,24 m	29.703.457.710,00
Total	432.957,70 m	49.972.200.282,00
Pavimentação, reparos, melhoramentos e obras de arte:		
Contratos firmados	Extensão	Valor Cr\$
Janeiro	106.600,40 m	1.988.557.000,30
Fevereiro/Março	312.293,46 m	6.085.530.000,00
Total	418.893,86 m	8.074.087.000,00
Outros contratos		
Contratos firmados		Valor Cr\$
Janeiro		800.000,00
Fevereiro/Março		912.612.000,00
Total		913.412.000,00

Programa da visita oficial do Presidente da República

O Serviço do Cerimonial dos Campos Elísios distribuiu ontem, à imprensa, o programa da visita oficial que o Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco, fará dia 1.º de maio a São Paulo. Esse programa é o seguinte:

- 9,30 horas — Chegada de Sua Excelência, ao Pavilhão Oficial do Aeroporto de Congonhas. Honras Militares. Cumprimentos.
- 10,00 horas — Concentração na Praça da Sé.
- 11,00 horas — Missa Campal na Catedral Metropolitana.
- 12,30 horas — Almôço no Palácio dos Campos Elísios.
- 15,00 horas — Partida.

VISITA DO PRESIDENTE DA ALEMANHA: PREPARATIVOS

O Cônsul da Alemanha, Sr. Wolfgang Pfeiffer, esteve ontem, nos Campos Elísios, em contacto com o jornalista Corrêa Neves, Secretário de Imprensa do Palácio, a fim de ultimar os preparativos para a visita do Presidente da República Federal Alemã a São Paulo, no que tange ao setor de divulgação. Por determinação do Governador Adhemar de Barros à Secretaria de Imprensa, a Radional vai instalar serviços de telex nos Hotéis Othon-Palace e Jaraguá, onde ficarão hospedados a comitiva presidencial e os representantes internacionais da imprensa. Também no Palácio dos Campos Elísios será instalado mais um telex, a fim de permitir aos profissionais de imprensa da Alemanha ampla cobertura da visita do Presidente daquele País ao nosso Estado.

Brigadeiro Cunha Mello na presidência da VASP

Realizou-se ontem, às 15 horas, no hangar da empresa, em Congonhas a assembleia geral da Viação Aérea São Paulo — VASP, para eleição de sua nova diretoria. Ao final dos trabalhos, nos quais o Governador Adhemar de Barros esteve representado pelo sub-chefe de sua Casa Civil, sr. Adeláyo Sette de Azevedo, foram eleitos os srs. brigadeiro Cunha Mello, para a presidência; Mário Tavares Leite, para a vice-presidência; brigadeiro Nilton Lagare Filho e capitão Paulo de Tarso Soares Leite para as diretorias executivas.

"Superavit" de operação da USELPA em 1963: 1 bilhão e 535 milhões

Segundo a orientação traçada pelo Governador Adhemar de Barros, a USELPA — Usinas Elétricas do Paranapanema — apresentou em 1963 um "superavit" de operação de Cr\$ 1.536.721.077,50, enquanto o "superavit" do exercício foi da ordem de Cr\$ 317.164.575,00. Tais elementos referem-se às usinas hidrelétricas de Salto Grande e Jurumirim.

A informação foi prestada ontem nos Campos Elísios pelo sr. Otto Cyrillo Lehmann, presidente da empresa, após despatch com o Chefe do Exe-

cutivo paulista. Acrescentou o sr. Lehmann que na Administração Adhemar de Barros a USELPA registrou um notável desenvolvimento em todas as suas atividades, tanto assim que no exercício passado os investimentos da empresa em seu programa de obras alcançaram Cr\$ 4.454.690.600,00.

Outra informação prestada pelo sr. Lehmann foi a de que hoje será realizada a assembleia geral da USELPA, apreciando-se então o relatório completo das atividades da empresa em 1963.

Auxílio ao IDORT

O Governador Adhemar de Barros encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa propondo a concessão, no corrente exercício, de um auxílio de 2 milhões de cruzeiros ao Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT.

Assinala a mensagem governamental que "o referido Instituto vem, desde 1931, representando o Brasil no Movimento Internacional de Administração Científica, encetado pelo Comitê Internacional de Organização Científica — CIOS — tendo participado do XIII Congresso Internacional de Administração, realizado em setembro de 1963, reunindo representantes de mais de 100 países".

Aliás, o referido auxílio representará uma contribuição do Governo do Estado para fazer face a parte das despesas decorrentes da participação dos delegados brasileiros no mencionado certame.

Legitimação das terras devolutas

O Secretário da Justiça, Prof. Miguel Reale, que vem tendo como uma das principais atividades em sua atual gestão na Pasta, a defesa do patrimônio devoluto do Estado, tem baixado, nesse sentido, instruções as mais precisas e circunstanciadas à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, a fim de que esta possa cumprir com maior eficiência e dinamismo as altas funções que lhe cabem.

Assim, a propósito da atualização dos valores das glebas localizadas no 1.º perímetro de Jacupiranga, o Prof. Miguel Reale compendiou algumas teses no tocante ao entendimento que deve ser oficialmente seguido pela PPI na defesa do patrimônio devoluto do Estado.

PRETENSO DIREITO SUBJETIVO DOS POSSEIROS A OUTORGA DO TÍTULO

A primeira é quanto ao alegado "direito subjetivo" que teriam os posseiros à legitimação dos próprios títulos. Não há tal, esclarece o Prof. Miguel Reale, no sentido rigoroso daquele termo. Por maior que seja o tempo decorrido não há posse que possa gerar, por si só, uma propriedade privada oponível ao Estado. Esse pode reconhecer como sendo de domínio particular tais os quais terras devolutas, mas este ato não equivale ao reconhecimento de usucapião, sendo antes, uma verdadeira "liberalidade" por parte do Estado, que assim não abandona o poder-dever essencial ao dispor de seu patrimônio devoluto segundo as exigências de sua política territorial, sem estar lim-

ESTIMATIVA DAS SAFRAS PAULISTAS DE 1963-64

A Secretaria da Agricultura, por intermédio das divisões de Economia Rural e de Fomento Agrícola, do Departamento da Produção Vegetal, elaborou a terceira estimativa das safras paulistas de 1963/64, com base na situação das lavouras em março último.

É a seguinte a produção estimada, figurando entre parêntese, com relação a cada cultura, o número de pés ou a área de plantio: café beneficiado, 2.100.000 sacas de 60 kg (777 milhões de pés); algodão em caroço, 22 milhões de arrobas (210.000 alqueires); arroz em casca, 18 milhões de sacas de 60 kg (438.000 alqueires); milho, 24,3 milhões de sacas de 60 kg (522.000 alqueires); feijão das águas, 1.270.000 sacas de 60 kg (91.000 alqueires); feijão da seca, 1.450.000 sacas de 60 kg (68.600 alqueires); amendoim das águas, 9,1 milhões de sacas de 25 kg (97.000 alqueires); amendoim da seca, 6,6 milhões de sacas de 25 kg (72.000 alqueires); batatinha das águas, 4.168.000 sacas de 60 kg (8.813 al-

queires); batatinha da seca, 2,1 milhões de sacas de 60 kg (5.160 alqueires); mandioca, 2,3 milhões de toneladas (60.000 alqueires); cana de açúcar, 22,1 milhões de toneladas (230.000 alqueires); trigo, 2.263.500 kg (1.245 alqueires); mamonra, 1.176.000 sacas de 50 kg (26.162 alqueires); soja, 69.400 sacas de 60 kg (1.580 alqueires); fumo em corda, 57.100 arrobas (600 alqueires); cebola, 1.870.000 arrobas (2.700 alqueires); tomate (inclusive para fins industriais), 13 milhões de caixas (6.200 alqueires); laranja, 18,3 milhões de caixas (23 milhões de pés); banana, 36 milhões de cachos (37,6 milhões de pés); uva, 69,6 milhões de quilos (37.277.000 pés); e abacaxi, 8.478.000 frutos (29.810.000 pés).

Com relação ao arroz, a Secretaria da Agricultura informa que, até março último, haviam sido colhidas apenas 3,6 milhões de sacas em casa. A colheita do restante (14,4 milhões de sacas) depende de tempo favorável. Dessa maneira, somente a quarta estimativa de safras, a ser divulgada em julho próximo, poderá indicar o montante da produção de arroz no atual ano agrícola.

Para as culturas de café, algodão, arroz, milho, feijão e amendoim as estimativas foram obtidas pelo método da amostragem, constituindo-se a amostra de 2.000 propriedades agrícolas. Para a realização desse trabalho, parte dos recursos financeiros foi propiciada pelo Instituto Brasileiro do Café.

Comemorações de 1.º de Maio nas escolas

O Departamento de Educação está recomendando aos Educadores de Ensino Elementar seja cordignamente comemorado, no próprio dia, o 1.º de Maio, data universalmente consagrada como o "Dia do Trabalho".

A fim de se dar um caráter mais objetivo a essas comemorações, as atividades de classe, no dia 30, deverão focalizar o assunto. O professor salientará a significação social do trabalho, bem como sua importância na vida de cada indivíduo, em particular. Acentuará, ainda, ser do esforço comum, de todos, que resulta o progresso da Nação. Finalmente, levará seus alunos a compreender o valor e a dignidade do trabalho, bem como sua importância na vida de cada indivíduo, em particular. Acentuará, ainda, ser do esforço comum de todos que resulta o progresso da Nação. Finalmente, levará seus alunos a compreender o valor e a dignidade do trabalho, sob suas múltiplas formas. Esclarecer-lhes que cada pessoa tem direitos, mas, também, tem deveres. E, aos escolares cabe, atualmente, realizar um tipo especial de trabalho: o estudo — base de toda e qualquer atividade profissional futura.

Paralelamente, o mestre ressaltará a importância da escolha de uma profissão, atendendo a inclinação que é inata no indivíduo.

O programa para o dia 1.º de maio poderá constar de cantos, poesias, dramatizações, palestras, leituras de trechos escolhidos etc.

Para que essa homenagem das crianças ao trabalhador — de certa maneira prestada aos seus próprios pais, de cujo trabalho depende sua subsistência e sua educação — se revista de maior objetividade, pedimos ser convidadas, para as festividades, as famílias dos alunos.

tado por quaisquer "direitos subjetivos" e que sejam titulares os posseiros.

TERRAS DEVOLUTAS MATERIA DE DIREITO PUBLICO

Salienta também o Prof. Miguel Reale que a matéria concernente à legitimação das terras devolutas inclui-se na órbita do Direito Público Administrativo, não se podendo nunca dizer que haja obrigatorialidade por parte do Estado de outorgar título de domínio a quem esteja na posse de terras devolutas por prazo de 30 anos, por exemplo. Assim, o art. 59 do Decreto-Lei n. 14.916, pelo qual o Poder Público pode acusar a legitimação pretendida por posseiros de terras devolutas, indenizando-lhes as benfeitorias existentes constitui um preceito legal em plena vigência.

PODER DISCRICIONARIO

Não se trata porém do exercício de um poder arbitrário, mas sim da aplicação de um poder discricionário, isto é, subordinado a razões de conveniências ou de oportunidade, na medida do interesse público, que a autoridade tem o dever de divulgar no instante em que chamar a si a plenitude do domínio devoluto sobre determinadas glebas, indenizando as benfeitorias porventura existentes nas mesmas.

17.º PERÍMERO

Fixados assim os pressupostos e os princípios que devem disciplinar a política do Estado em matéria de terras devolutas, o Prof. Miguel Reale procedeu à análise do Plano geral proposto pela "PPI" para o 17.º perímetro de Jacupiranga, cuja homologação é da competência do Secretário da Justiça, tendo decidido que as posses, cuja legitimação se propunha, se enquadravam plenamente nos objetivos da política agrária fixada pela atual Administração, pois nenhuma delas constituiu "latifúndio" e os posseiros satisfaziam aos requisitos legais.

Ordenou assim, o titular da Pasta da Justiça a expedição dos títulos aos interessados, após o pagamento da taxa de legitimação, taxas essas que deverão integrar o "Fundo de Proteção aos Posseiros Desamparados" se a Assembléia Legislativa já houver aprovado o projeto de lei nesse sentido, que lhe foi enviado pelo governo do Estado.